



PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ: INTERESSES, FUNDAMENTOS E OBJETIVOS

Katia Andrea Silva da Costa¹

Elisete Poncio Aires²

Maria de Fátima Rodrigues Pereira³

RESUMO

Esta comunicação dedica-se à plataformização da educação escolar pública no Brasil, fenômeno que vem ganhando presença crescente nas redes de ensino, especialmente no Ensino Médio. O estado do Paraná tem liderado esse processo e, por isso, constitui o *locus* da pesquisa em andamento. Presente durante a pandemia de Covid-19, como recurso para manutenção do contato entre professores e estudantes quando a preservação da vida exigia distância, o uso das plataformas não apenas se intensificou, como tende a subsumir o trabalho educativo em tempos nos quais o distanciamento não se faz necessário. É justamente esse paradoxo - a não necessidade e a intensificação da plataformização das redes de ensino, que leva à consideração dos condicionantes do contexto histórico compreendido entre 2022 e 2025, período de mandatos de Ratinho Jr., que desde o primeiro governo (2019-2022) vem implantando políticas educacionais alinhadas à chamada Nova Gestão Pública e ao neoliberalismo. Com a Secretaria de Estado de Educação (SEED-PR) comandada por Renato Feder (empresário do setor de tecnologia e ex-CEO da Multilaser), implementaram-se a plataformização e a digitalização intensiva dos processos pedagógicos e administrativos, com graves impactos no trabalho docente, como perda de autonomia e aumento de controle e vigilância. Esse alinhamento entre política educacional, Nova Gestão Pública, neoliberalismo e interesses empresariais de tecnologia remete à seguinte problemática: em que interesses, fundamentos e objetivos está assentada a política de plataformização da educação pública no Paraná? O objetivo deste estudo é, portanto, responder a essa indagação, por meio de revisão de literatura, com foco em artigos científicos que abordam o objeto, publicados entre 2022 e 2025 e disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e na Scielo Brasil. Afirma-se, assim, o compromisso com a Educação Pública brasileira e com pesquisas voltadas ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Plataformização da Educação, Trabalho docente, Nova Gestão Pública, Políticas Públicas, Paraná.

INTRODUÇÃO

A plataformização da educação pública no Paraná constitui um fenômeno contemporâneo que expressa a convergência entre políticas educacionais, racionalidade neoliberal e interesses empresariais do setor tecnológico. Mais do que uma simples incorporação de tecnologias, esse processo representa uma reestruturação das formas de

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná – PR; Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Paraná (IFPR); katia.costa@utp.edu.br;

² Doutoranda em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná – PR; Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Paraná (IFPR); elisete.aires@utp.edu.br;

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná - PR maria.pereira@utp.br;



controle, organização e vigilância do trabalho docente, configurando um novo regime de regulação da escola pública. Sob a apariência de modernização e eficiência, o Estado transfere ao aparato tecnológico a função de governar a prática pedagógica, reconfigurando o papel do professor e submetendo a educação aos imperativos do capital digital.

Durante o período de 2022 a 2025, a gestão do governador Ratinho Jr., tendo à frente da Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR) o empresário Renato Feder, intensificou políticas de digitalização e padronização pedagógica. As plataformas digitais tornaram-se dispositivos centrais na administração do ensino, legitimadas pelo discurso de inovação e conectividade. Contudo, essa expansão ocorreu num contexto pós-pandêmico em que o distanciamento físico já não era necessário, revelando um dilema: a continuidade da plataformaização como estratégia de gestão e controle, e não apenas como resposta emergencial.

Para Marx, o processo produtivo capitalista converte o trabalhador e sua força de trabalho em simples mercadorias, instaurando uma forma de alienação em que o próprio ser humano se torna objeto de troca e valorização econômica. Em seus Manuscritos Econômico-filosóficos, o autor adverte que “a produção não produz unicamente o homem como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem sob a forma de mercadoria” (Marx, 1989, p. 174), revelando o núcleo desumanizador do modo de produção capitalista. Essa formulação mantém plena atualidade nas dinâmicas contemporâneas da educação pública, em que o trabalho docente é submetido à lógica da mensuração e da eficiência, e o professor, progressivamente, é transformado em ativo quantificável, monitorado por métricas digitais e tratado como dado e mercadoria no interior das plataformas educacionais.

A plataformaização e a digitalização do trabalho configuram um processo de intensificação da mercantilização e da perda de autonomia, impondo protocolos e algoritmos que monitoram cada atividade (Antunes, 2020, p. 27-32). O autor associa essa lógica à crítica marxista do trabalho alienado, em que o trabalhador é expropriado do controle sobre o ato produtivo e subordinado à lógica do valor. No caso da docência, tal alienação manifesta-se na fragmentação das práticas pedagógicas, no aumento da vigilância e na transformação do professor em executor de tarefas prescritas.

Essa interpretação encontra eco em David Harvey (2012, p. 139), para quem o capitalismo contemporâneo é marcado pela acumulação flexível, pela intensificação da exploração e pelo fetichismo tecnológico, que convertem a inovação em instrumento de reprodução da desigualdade. Assim, a plataformaização da educação não deve ser vista como





fenômeno técnico, mas como parte de uma estratégia de reorganização neoliberal do Estado, na qual a escola é inserida em um circuito de valorização do capital.

Conscientemente, esta pesquisa assume posição crítica frente à Nova Gestão Pública (NGP), reconhecendo que desvelar seus fundamentos ideológicos e econômicos é condição essencial para afirmar o valor público, emancipador e democrático da educação brasileira. Tal perspectiva insere o estudo no campo teórico-crítico que denuncia a captura da educação por lógicas empresariais e defende o fortalecimento da autonomia docente e da gestão democrática (Oliveira, 2015; Adrião, 2018; Leher, 2019).

A pesquisa desenvolve-se sob uma abordagem qualitativa, apoiada em revisão bibliográfica, somada à revisão de literatura que reúne produções acadêmicas publicadas entre os anos de 2022 e 2025. As fontes foram cuidadosamente selecionadas nas bases Scielo Brasil e no Portal de Periódicos da Capes, priorizando estudos que examinam a relação entre a plataformação da educação e o ensino público no estado do Paraná. Esse corpus permite compreender de que modo determinados interesses, fundamentos e objetivos sustentam o processo de digitalização e de gestão algorítmica das políticas educacionais, entendendo-o como manifestação da racionalidade neoliberal e como parte de um movimento mais amplo de reconfiguração do Estado e de seus mecanismos de governança.

Esse alinhamento entre política educacional, Nova Gestão Pública, neoliberalismo e interesses empresariais de tecnologia remete à seguinte problemática: em que interesses, fundamentos e objetivos está assentada a política de plataformação da educação pública no Paraná? O objetivo deste estudo é, portanto, responder a essa indagação. Afirma-se, assim, o compromisso com a Educação Pública brasileira e com pesquisas voltadas ao seu desenvolvimento.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão sistemática de literatura, com o objetivo de identificar, interpretar e discutir a produção acadêmica sobre a plataformação da educação pública no Paraná no período de 2022 a 2025. O procedimento metodológico segue as etapas indicadas por Higgins e Green (2011), que compreendem: (1) formulação da questão de pesquisa, (2) localização e seleção dos estudos, (3) avaliação crítica das fontes, (4) coleta e organização dos dados, (5) análise e apresentação das evidências, (6) interpretação dos resultados e (7) atualização da revisão. Essa estrutura assegura



transparência, reproduzibilidade e rigor científico, minimizando distorções metodológicas e ampliando a confiabilidade dos resultados.

A busca bibliográfica concentrou-se nas bases indexadas Scielo Brasil e Portal de Periódicos da Capes, utilizando os descritores “plataformização da educação”, “trabalho docente” e “Paraná”. Foram incluídos artigos científicos publicados entre 2022 e 2025, compreendidos como campo discursivo de resistência e denúncia das políticas de plataformação e selecionados segundo critérios de pertinência temática, relevância teórica e atualidade. Essa análise busca compreender como os enunciados gerados pela produção acadêmica atual expressam contraposições às políticas neoliberais, especialmente no que se refere à precarização e ao controle do trabalho docente.

Após a triagem inicial, foram incluídos onze estudos que atenderam aos critérios de pertinência temática, rigor metodológico e relevância para o objeto da pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 – Revisão de literatura

ID	Referência resumida	Método e recorte	Contribuição para a pesquisa e relação com o Paraná
1	Barbosa; Alves, 2023, Rev. E-curriculum	Revisão bibliográfica documental; foco NEM e Paraná.	Base empírica direta sobre Paraná e NEM. Eixo de controle e padronização e o vínculo com privatização.
2	Pasini; Silva, 2024, Pleiade 2020–2022, Oeste do Paraná.	Pesquisa-ação com oficinas	Aporta nuances e aponta agência docente. Útil para seção de resistências e ambivalências.
3	Mallmann, 2023, Paradigma	Análise normativa e dados de censos; big techs.	Sustenta eixo de privatização, soberania informacional e crítica à retórica de inovação.
4	Palú; Arbigaus; Silveira, 2023, Rev. de Ciências Humanas	Revisão e levantamento sobre gestão; PR e SC; SERE e SISGESC.	Evidência direta sobre SERE no PR. Fortalece eixo de hiperburocratização e vigilância.
5	Balsamo de Mello; Santos; Pereira, 2022, Retratos da Escola	Revisão e análise documental; Bahia.	Comparativo interestadual. Corrobora o mecanismo de controle docente observado no PR.
6	Viegas, 2024, Germinal	Revisão de literatura; gênero e cuidado.	Introduz lente de gênero e cuidado para interpretar intensificação no PR.
7	Camilo; Neves; Beloni, 2024, Caderno Pedagógico	Análise crítica do NEM no PR.	Evidência específica do PR. Conecta NEM, gamificação e controle pedagógico.
8	Sousa Júnior, 2024, Germinal	Investigação documental.	Reforça leitura de alienação e hiperprodutividade; dialoga com achados do PR.
9	Gonçalves da Silva; Carolei, 2024, Redoc	Pesquisa documental e estudo de caso em SP.	Compara políticas estaduais e reforça alerta sobre erosão da autonomia também no PR.
10	Viegas; Lamb, 2025, Cad. CEDES	Revisão teórica e empírica; foco em plataformas, Estado e EdTechs.	Aprofunda a articulação plataformas-Estado e oferece categorias para discussão de desigualdades no PR.
11	Cazzolini; Santos; Lopes, 2024, Cad. Metrópole	Mapeamento empírico de plataformas e análise crítica.	Dá vocabulário analítico para descrever como o discurso de autonomia mascara controle no PR.

Fonte: Portal de Periódicos da Capes e Scielo Brasil (organização das autoras).



A consolidação da matriz analítica apresentada permitiu organizar um panorama interpretativo coerente com os propósitos da pesquisa, articulando diferentes dimensões da plataformaização da educação pública e suas repercussões sobre o trabalho docente.

A metodologia, portanto, não se limita a uma descrição técnica dos procedimentos, mas constitui parte da própria estratégia analítica do estudo, ao transformar a revisão de literatura em um dispositivo de problematização do fenômeno. Desse modo, o conjunto metodológico delineado sustenta a passagem para a seção seguinte, na qual são examinados os resultados e discutidas as principais implicações teóricas e políticas que emergem das evidências coletadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A interpretação dos dados apoia-se na crítica marxiana do trabalho, especialmente nas categorias de alienação e valor (Marx, 1989), que permitem compreender a perda de controle do trabalhador sobre o ato produtivo e a transformação da atividade humana em mercadoria. Essa base é tensionada pela leitura de Harvey (2012, p. 16, 22, 108), que atualiza a crítica de Marx ao analisar a acumulação flexível e a reestruturação neoliberal do Estado, contextos em que a lógica do capital se infiltra nas esferas públicas sob o discurso da eficiência e da inovação.

No campo educacional, Oliveira (2015), Adrião (2018) e Leher (2019) evidenciam como essa racionalidade se materializa na Nova Gestão Pública, ao submeter o trabalho docente a mecanismos de regulação e mensuração próprios do mercado. Compreende-se, assim, que a plataformaização da educação constitui expressão concreta dessa racionalidade neoliberal, operando como forma de subsunção econômica, política e epistêmica do trabalho docente ao capital tecnológico. Tal movimento reorganiza o sentido público da escola e converte o processo educativo em campo de experimentação e controle, onde o valor de uso da docência cede lugar ao valor de troca da performance digital.

A matriz analítica construída a partir da revisão de literatura sintetiza as principais tendências do campo e evidencia que a plataformaização, longe de representar apenas um avanço tecnológico, constitui-se como fenômeno de regulação política e econômica da educação pública. Essa constatação se repete em autores que analisam a interface entre plataformas, Estado e docência, indicando a intensificação da lógica empresarial na gestão da escola pública (Barbosa; Alves, 2023; Palú; Arbigaus; Silveira, 2023; Balsamo De Mello; Santos; Pereira, 2022).



Antunes (2020, p. 90-91) defende que “A alienação do trabalho docente sob plataformas digitais é marcada pelo esvaziamento da autonomia e intensificação do controle capitalista

sobre as formas de ensinar, criando novas modalidades de subordinação e estranhamento”. Essa afirmação é corroborada pelos estudos de Barbosa e Alves (2023) e de Camilo, Neves e Beloni (2024). O primeira mostra que a Reforma do Ensino Médio, articulada à política de plataformaização no Paraná, ampliou a padronização dos currículos e reduziu a autonomia docente. Ao analisarem os recursos digitais implementados pela Secretaria de Estado da Educação, as autoras destacam que o uso dessas ferramentas produziu uma homogeneização das práticas pedagógicas e abriu espaço para a expansão da privatização no ensino público. De forma semelhante, Camilo, Neves e Beloni (2024) constataram a homogeneização curricular na rede de ensino paranaense, o controle autoritário do Estado sobre o trabalho pedagógico, bem como o risco de alienação. Em perspectiva complementar, Pasini e Silva (2024) demonstram que a padronização do trabalho pedagógico se converteu em mecanismo de gestão, mesmo quando a plataformaização é disfarçada por discursos de inovação. Esses achados convergem para o diagnóstico de que a política educacional paranaense se insere no movimento mais amplo de adoção da Nova Gestão Pública (NGP), que redefine o papel do Estado ao alinhar-se à racionalidade neoliberal (Oliveira, 2015).

Os estudos nacionais sobre o tema corroboram esse diagnóstico. Mallmann (2023) argumenta que a hegemonia das big techs nas políticas públicas de educação traduz a renúncia estatal à soberania sobre os dados escolares, configurando uma nova dependência tecnológica. Palú, Arbigaus e Silveira (2023, p. 160) confirmam esse avanço ao identificar que sistemas como o *Sere*⁴ e o *Sisgesc*⁵ se transformam em “panópticos virtuais” capazes de vigiar e modular o cotidiano das escolas, além de apontarem o aumento da burocracia no trabalho pedagógico diário. Essa constatação corrobora a afirmação de Gonsales (2020, p. 126), de que “A plataformaização na educação intensifica o controle e a mercantilização do trabalho

⁴ O SERE – Sistema Estadual de Registro Escolar – é a principal plataforma digital da Secretaria de Estado da Educação do Paraná para o gerenciamento dos registros escolares em todas as redes de ensino (Estadual, Municipal e Privada). O sistema é responsável pela coleta, atualização, organização e análise dos dados escolares de alunos e servidores: matrícula, movimentação, rendimento, censo escolar, porte, planejamento de turmas e registros acadêmicos.

⁵ O Sisgesc é o Sistema de Gestão Educacional da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC). Trata-se de uma plataforma digital que centraliza e administra todos os dados da rede estadual de ensino — incluindo informações sobre escolas, alunos, histórico de notas, professores (efetivos e temporários), turmas, matrículas e demais aspectos funcionais e acadêmicos. O Sisgesc possui mais de 20 módulos, abrangendo desde o controle de processos de matrícula até avaliações, coordenação de atividades, planejamento, projetos, indicadores educacionais e integração com sistemas de ensino remoto, como o Google Classroom.

docente. A promessa de praticidade e suposta inovação educacional oculta a coleta massiva de dados dos sujeitos que estão no âmbito escolar.¹⁸

Já Viegas (2024) propõe uma leitura pela categoria de gênero e cuidado, revelando que as professoras, ao incorporarem as plataformas, vivenciam um duplo processo de intensificação e precarização do trabalho. Essa dimensão é também abordada por Sousa Júnior (2024), que descreve o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação e a plataformação da educação como forma de alienação e robotização da prática docente.

Outros estudos ampliam a análise ao situar a plataformação como parte de uma tendência de privatização e financeirização da educação. Gonçalves da Silva e Carolei (2024) mostram que a substituição de recursos educacionais abertos por plataformas privadas reduz a autonomia docente e compromete a autoria discente, enquanto Cazazzini, Santos e Lopes (2024) revelam como a semântica neoliberal da “autonomia” e do “empreendedorismo” mascara processos de sequestro e precarização do trabalho docente. Essa crítica é reforçada por Viegas e Lamb (2025), que analisam o papel das EdTechs na ampliação das desigualdades e na datatificação das práticas pedagógicas, indicando que o cuidado e a resistência das mulheres professoras se tornam categorias centrais para compreender as formas de enfrentamento.

O conjunto de estudos analisados indica que a plataformação da educação, em suas diferentes manifestações, atua como um dispositivo de subsunção real do trabalho docente ao capital tecnológico (Marx, 1989), convertendo o processo educativo em campo de experimentação e de valorização econômica. A convergência entre as produções demonstra que a racionalidade neoliberal se infiltra nas práticas escolares por meio da retórica da inovação e da eficiência, conformando um novo regime de regulação que transforma a docência em trabalho medido por algoritmos e guiado por métricas de desempenho. Contudo, os mesmos estudos revelam que essa racionalidade encontra limites na ação dos sujeitos: resistências coletivas, estratégias de cuidado e práticas pedagógicas críticas persistem como espaços de contraconduta e de afirmação da escola pública como território de emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta comunicação aponta que a plataformação da educação no Paraná atua como um mecanismo de subsunção real do trabalho docente ao capital, convertendo o processo educativo em espaço de experimentação e acumulação para o mercado tecnológico. O professor, nesse cenário, é reposicionado como trabalhador gerido por dados, avaliado por





métricas de desempenho e monitorado por sistemas algorítmicos que redefinem suas formas de ensinar e de se relacionar com o conhecimento. A docência, antes marcada pela criação e pela mediação humana, passa a ser atravessada por dispositivos que reduzem o ato pedagógico à execução de protocolos digitais.

Com base nessa constatação, reconhece-se que a plataformaização expressa um movimento mais abrangente de subordinação do trabalho educativo ao capital tecnológico, em que as finalidades da educação se confundem com as exigências da produtividade e da eficiência de mercado. Este estudo, ao enfatizar tal contradição, reafirma a importância das resistências teóricas e políticas que buscam preservar a educação como direito social, bem público e prática de emancipação. Ao propor uma leitura crítica que articula produção, exploração e alienação, comprehende-se a escola pública como território de disputa política, no qual se enfrentam as forças que pretendem mercantilizar o conhecimento e aquelas que defendem seu caráter humanizador e transformador.

Embora os resultados desta pesquisa demonstrem os interesses, fundamentos e objetivos em que está assentada a política de plataformaização da educação pública no Paraná, reconhecemos limitações que podem ter influenciado os achados. Por isso, registramos a intenção de intensificar a discussão em trabalhos futuros, ampliando a pesquisa a outras fontes e dados. Apesar dessas limitações, os dados obtidos oferecem subsídios relevantes para discussão e reforçam a importância de novas investigações.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; SILVA, M. V.; CAVALIERE, A. M. V.; et al. A adoção da nova gestão pública nas agendas educacionais municipais: um estudo de caso paulista. **Revista de Pesquisa em Educação**, v. 18, n. 4, p. 1483–1502, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2023.



ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BALSAMO DE MELLO, M.; SANTOS, C. C. F.; PEREIRA, R. da S. **A outra face da era digital:** Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente. Retratos da Escola, Brasília, v. 16, n. 36, p. 899–916, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i36.1642.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A reforma do ensino médio e a plataformação da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 21, 2023. DOI: 10.23925/1809-3876.2023v21e61619.

CAMILO, M.; NEVES, M. C. D.; BELONI, B. M. O Novo Ensino Médio no Paraná e a sua política de controle e desumanização do trabalho docente. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 8, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n8-203.

CAZAZZINI, A. L. M.; SANTOS, R. O.; LOPES, L. F. Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cadernos Metrópole**, v. 26, n. 59, abr.–jun. 2024. DOI: 10.1590/2236-9996.2024-5910.

GONÇALVES DA SILVA, Nathália Aparecida; CAROLEI, Paula. Plataformação da educação pública: desafios para autonomia docente e inclusão discente. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2024. DOI: 10.12957/redoc.2024.84769.

GONSALES, Leandro. Plataformação do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2017.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2012.

HIGGINS, J.; GREEN, S. (Ed.). **Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions.** Version 6.5 [updated 2024]: The Cochrane Collaboration, 2011. Disponível em: <https://www.cochrane.org/authors/handbooks-and-manuals/handbook/current>. Acesso em: 11 out. 2025.

LEHER, Roberto. Editorial: Novas possibilidades históricas para a educação pública brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, n. 161, p. 1–6, 2023.

MALLMANN, Elena Maria. A vulgarização da inovação nas políticas públicas e a hegemonia proprietária na plataformação da educação pública. **Paradigma**, Maracay, v. 44, n. 5, p. 542–568, 2023. DOI: 10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p542-568.id1516.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: MARX, Karl. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação &**

Sociedade, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625–646, 2015. DOI: 10.1590/ES0101-73302015143126.

PALÚ, Janete; ARBIGAUS, Joélma de Souza; SILVEIRA, Adriana A. D. Plataformização da educação, da escola pública e suas formas de gestão: entre promessas e realidades. **Revista de Ciências Humanas**, v. 24, n. 2, p. 160–186, 2023. DOI: 10.31512/19819250.2023.24.02.160-186.

PASINI, Juliana Fátima Serraglio; SILVA, Ivanir Gomes da. Plataformização da educação no Estado do Paraná: caminhos para a padronização do trabalho pedagógico. **Pleiade**, v. 18, n. 43, 2024. DOI: 10.32915/pleiade.v18i43.1019.

SERE – Sistema Estadual de Registro Escolar do Paraná. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Disponível em: <https://www.sere.pr.gov.br/>. Acesso em: 14 out. 2025.

SISGESC – Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.ciasc.sc.gov.br/sisgesc/>. Acesso em: 14 out. 2025.

SOUSA JÚNIOR, José Edson A. de. “Chorei sem saber o que ensinar”: reformismo, plataformação e precarização do trabalho docente na educação básica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 167–189, 2024. DOI: 10.9771/gmed.v16i3.63582.

VIEGAS, Moacir Fernandes. Plataformização do trabalho docente na educação básica: uma revisão de literatura sob o prisma do gênero e do cuidado. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 961–980, 2024. DOI: 10.9771/gmed.v16i1.57826.

VIEGAS, Moacir Fernandes; LAMB, Marcelo Eder. Plataformas digitais, Estado e desigualdade no trabalho docente com dados. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 45, 2025. DOI: 10.1590/CC289632.